

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Com apagão, Venezuela vive cenas pós-apocalíptica.....	2
Título: ONU alerta para esgotamento de recursos naturais	4
Título: Curtas	6
Título: Avanço do investimento e da poupança está longe do ideal	6
Título: Destaques	8
Título: Capitale investirá R\$ 500 milhões em biogás até 2021	8
Título: Petrobras espera avançar na venda da TAG, Braskem e BR.....	10
Título: CBMM investe em Araxá para garantir demanda do nióbio	11
Título: Monitoramento de barragens tem fotografia por satélite e fibra ótica.....	13
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	14
Título: Furto de combustível vira questão de segurança nacional	14
Título: Crise de energia em Roraima inclui rombo de R\$ 482,8 mi.....	16
Título: Após 5 dias de apagão, falta água em Caracas e Guaidó declara emergência	18
Título: » Largada.	19
Título: Guedes, economia e ideologia.....	19
Título: Vale sabia de problema em barragem desde 2017, diz MP	21
Título: Salgado, o pré-sal.....	22
Título: Pré-sal renderá R\$ 150 bi em royalties até 2023.....	22
Título: Agropecuária é alvo de impasse entre os países	23
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	24
Título: Após 20 anos, Brasil e EUA fecham acordo sobre base de Alcântara, no Maranhão..	24
Título: UM TOM ACIMA.....	25

VEÍCULO: O Globo.....	26
Título: Governo vai incentivar competição no setor de gás	26
Título: Previdência e Petrobras fazem Bolsa subir 2,79%	28
Título: Sem luz no fim do túnel	29
Título: Destino	30
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	31
Título: Do petrolão, à oposição	31
Título: EUA usará Base de Alcântara	32
Título: Gasolina abaixo de R\$ 4 nos postos do DF	33

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/03/2019

Seção: Internacional

Autor: Marsílea Gombata | De São Paulo

Título: Com apagão, Venezuela vive cenas pós-apocalíptica

Cinco dias após o início do apagão que jogou a Venezuela na escuridão, boa parte dos venezuelanos ainda sofria ontem com os problemas da falta de luz. Apesar de ter restabelecido parte da eletricidade em Caracas e outras cidades, há dúvidas com relação à capacidade do governo em garantir o abastecimento. Analistas creem que, daqui por diante, apagões serão mais frequentes e racionamentos de energia, rotineiros.

A falta de energia elétrica pressiona ainda mais o governo de Nicolás Maduro e pode levar ao aumento de saques em supermercados, mortes em hospitais e à piora da indústria petroleira, cuja produção depende de eletricidade.

Raúl Gallegos, da consultoria Control Risks, diz que a pane no sistema elétrico deve-se à falta de investimento e manutenção nos últimos 15 anos. A hidrelétrica de Guri, responsável por 80% da eletricidade consumida na Venezuela sofre com a falta de chuva, mas a situação atual vai além disso.

"A ideia de ter eletricidade 24 horas por dia não será mais normal", diz, ao afirmar que todo o tipo de produção será afetado, mesmo em fábricas com geradores, pois essas dependem de combustível, em falta. "É a Venezuela voltando a um estado quase pré-histórico. Vivendo uma implosão econômica que poucas vezes se viu em um país que não está em guerra."

Phil Gunson, do International Crisis Group, destaca que a grande diferença desse apagão para outros anteriores é a duração. "Especialistas preveem que será difícil, inclusive, recuperar o frágil equilíbrio do sistema que existia antes", diz. "Parece que estamos diante de uma antecipação de um colapso generalizado de todos os serviços. Sem luz não há água, não se pode abastecer, os hospitais paralisam. A produção colapsa, e nem quem tem dinheiro consegue comprar."

Ontem venezuelanos buscavam água de córregos e rios e em montanhas que cercam a capital Caracas para beber. Houve saques em supermercados. Regiões no sul e no oeste do país continuaram sem luz. Lojas e empresas ficaram fechadas. O metrô não funcionou, e as aulas nas escolas foram suspensas. À noite, o ministro da Informação, Jorge Rodríguez, foi à tevê pedir às pessoas que não fossem ao trabalho hoje pelo terceiro dia útil seguido. As escolas também seguem fechadas.

"O apagão acrescenta mais um problema a um cenário já complicado. Uma falta de energia prolongada dificultará ainda mais a distribuição de comida e produtos básicos", disse Nicholas Watson, da Teneo Intelligence. "Uma interrupção dessa magnitude tem implicações para a economia, uma vez que os sistemas de pagamento, dos quais o comércio depende muito, não funcionam. Até as telecomunicações são afetadas."

José Toro Hardy, economista e ex-diretor da estatal PDVSA, acrescenta que o apagão afeta a já debilitada indústria petroleira. "A eletricidade é muito importante na produção de poços que requerem injeção de gás e vapor. As refinarias também precisam de energia para funcionar." Ao **Valor**, ele afirmou que estava há 80 horas sem luz e sem água em casa. Até ontem Hardy carregava o celular no carro, que ainda tinha alguma gasolina.

A falta de eletricidade ocorre no momento em que as sanções dos Estados Unidos começam a minar as exportações de petróleo venezuelano, afirma Edward Glossop, da Capital Economics. "As exportações para os EUA caíram de 600 mil barris diários (b/d) em janeiro para 83.000 b/d na primeira semana de

março, segundo a Administração de Informação de Energia dos EUA", diz. "Embarques para outros países aumentaram, mas, no total, exportações petroleiras da Venezuela caíram de 1,15 milhão de b/d para 970 mil b/d.

Segundo a Reuters, a PDVSA ainda não conseguiu retomar as exportações de petróleo do porto Jose, no Estado de Anzoátegui, que tem eletricidade intermitente. O porto tem gerador, mas depende da rede para 65% de sua energia.

Ontem os EUA apertaram ainda mais o cerco contra Maduro e anunciaram sanções contra o banco russo Evrofinance Mosnarbank por apoiar PDVSA.

O prolongamento do apagão, acredita Carlos de Sousa, da Oxford Economics, coloca em risco o próprio apoio dos militares a Maduro. "Obviamente, as pessoas estão muito mais cansadas agora, e os militares também", conclui.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/03/2019

Seção: Internacionais

Autor: Daniela Chiaretti | De Nairóbi

Título: ONU alerta para esgotamento de recursos naturais

O uso intensivo dos recursos naturais é o principal vetor da mudança do clima e da perda de biodiversidade no mundo. A extração de metais como aço e ferro, de não-metais como areia e cascalho, de água e biomassa mais do que triplicou desde 1970. Em cinco décadas, a população mundial dobrou e o PIB global cresceu quatro vezes. No mesmo período, a extração de materiais passou de 27 bilhões de toneladas para 92 bilhões de toneladas em 2017. É um indicador evidente de que esta é uma rota que coloca o planeta em risco.

Estes dados fazem parte de um abrangente estudo que analisa a dinâmica do uso intensivo de recursos naturais, considerando apenas sua extração e seu beneficiamento. Analisa também os impactos atuais e futuros no meio ambiente, na economia e na qualidade de vida das pessoas.

O "Global Resources Outlook 2019" lançado hoje na 4ª edição da Assembleia Ambiental das Nações Unidas (Unea) em Nairóbi, no Quênia, é o resultado de dois anos de trabalho de 35 cientistas de vários países reunidos no International Resources Panel (IRP).

No Conselho do IRP há representantes de 25 governos, além da Comissão Europeia e da ONU Meio Ambiente. "Mas é importante destacar que se trata de

um relatório independente", diz a ex-ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira, copresidente do IRP.

O uso de biomassa como madeira, biocombustíveis, colheitas e pasto, por exemplo, cresceu 2,7 vezes entre 1970 e 2017. A extração de combustíveis fósseis era equivalente a 6 bilhões de toneladas em 1970 e saltou para 15 bilhões de toneladas em 2017.

A extração global de areia, cascalho e argila foi 4,9 vezes maior em 2017 em relação aos níveis de 1970. A produção de cimento é responsável pelo maior impacto na mudança climática do grupo de minerais não-metálicos.

"Não há possibilidade de um futuro sustentável sem que se descole o crescimento econômico do uso intensivo dos recursos naturais", diz Janez Potocnik, também copresidente do IRP.

"Temos que usar menos materiais, substituir, reusar, ter um design mais eficiente dos produtos e ter esta visão ao pensar nos investimentos em infraestrutura", diz Stefanie Hellweg, uma das autoras.

O estudo também indica a disparidade no uso e consumo de recursos naturais entre os países de alta renda e os de baixa renda. Os países mais ricos importam produtos que tiveram intensivo uso de recursos e foram beneficiados em outras partes do mundo.

Em média, consumidores de países de alta renda usaram 10 toneladas de materiais primários que foram extraídos e beneficiados em outros lugares em 2017. Esta é uma tendência de alta - com índices anuais de crescimento de 1,6% desde o ano 2000.

Apenas dez economias no mundo são responsáveis por mais de 68% da extração global de materiais. A China extraiu mais de um terço do volume global, seguida pela Índia e os Estados Unidos.

"O relatório mostra que estamos usando os recursos naturais finitos como se não houvesse amanhã", diz Joyce Msyua, diretora executiva interina da ONU Meio Ambiente, em nota à imprensa.

Os pesquisadores do IRP demonstram que é possível e necessário descolar o crescimento econômico do uso intensivo de recursos naturais. "Este deve ser o paradigma da nova economia", diz a ex-ministra. "Para os negócios, este movimento é crucial", diz Izabella, que também é senior fellow de sustentabilidade, mudança do clima e agricultura do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri).

O estudo destaca que o uso eficiente e bem manejado dos recursos é essencial para o futuro. Reforça a ideia de que o mundo tem que sair da economia linear atual e ir em direção à economia circular.

A jornalista viajou a Nairóbi a convite da ONU Meio Ambiente

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	12/03/2019
Seção:	Internacional
Autor:	
Título:	Curtas

Mais petróleo dos EUA

Os EUA devem superar a Rússia e a Arábia Saudita e se tornar o maior exportador de petróleo do mundo em poucos anos, afirmou ontem a Agência Internacional de Energia (AIE). Segundo relatório da AIE, os EUA deverão dobrar as exportações brutas de petróleo bruto para 4,2 milhões barris diários (b/d) até 2024, enquanto as exportações totais de brutos e refinados devem chegar a 9 milhões b/d. "A segunda onda da revolução de xisto dos EUA está chegando", disse o diretor da AIE, Fatih Birol.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	12/03/2019
Seção:	Opinião
Autor:	
Título:	Avanço do investimento e da poupança está longe do ideal

Os dados das contas nacionais de 2018 trouxeram algumas melhoras. Depois de quatro anos em queda, a taxa de investimentos subiu, sustentada por um aumento da poupança. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) cresceu 4,1%, passando de 15% para 15,8% do Produto Interno Bruto (PIB) entre 2017 e 2018, e a poupança passou de 14,3% para 14,5% do PIB no mesmo espaço de tempo. Mas, esses números embutem artificialidades contábeis e estão longe do desejável para assegurar um crescimento sustentável da economia.

Foi o segundo ano consecutivo de expansão da poupança depois de ter despencado para 13,4% do PIB em 2016, o menor nível da série iniciada em 2000. Apesar do aumento, a taxa está distante dos 19,3% do PIB de 2007. Em comparação com outros países do grupo dos Brics, o Brasil está mal colocado. A poupança atingiu 45% do PIB na China, 28,5% na Índia e 27% na Rússia. Até nossos vizinhos exibem taxas superiores, com 20,5% no Chile, 19% na Colômbia e 21% no México.

A redução dos gastos das empresas e do setor público com os juros sustentou o ligeiro aumento da poupança, avaliou o coordenador de economia aplicada do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV, Armando Castelar (**Valor** 6/3). O déficit nominal, que inclui os gastos com juros, diminuiu 0,7% do PIB no ano passado, passando de 7,8% para 7,1% do PIB. As empresas se beneficiaram pelo mesmo motivo. Já as famílias tiveram ganhos menores em suas aplicações, além de terem consumido mais, e pouco pouparam. O consumo das famílias cresceu 1,9% em 2018, depois do aumento de 1,4% em 2017.

A principal consequência da baixa poupança é a dificuldade para se financiar o investimento, o que prejudica a perspectiva de crescimento da economia.

Depois de ter caído quase 30% nos últimos quatro anos, o crescimento de 4,1% dos investimentos no ano passado não chegou a animar. Além disso, é preciso considerar que o número está inflado pela mudança aplicada na contabilização de plataformas de petróleo em consequência das novas regras do programa Repetro, de incentivo tributário ao setor de petróleo e gás.

O Repetro passou a incorporar plataformas de petróleo já em operação no país dentro da FBCF. Embora a alteração permita retratar com mais precisão o aumento de estoque de capital, na prática, o dado não significa aumento real da capacidade de produção porque essas plataformas já estavam operando no país. Sem o efeito do Repetro, calcula-se que a taxa real de crescimento dos investimentos ficou pela metade do registrado, em torno de 2%.

A piora da situação fiscal do governo contém a poupança e os investimentos. Além da incerteza em relação às reformas econômicas, a crise econômica na Argentina e a greve dos caminhoneiros, em maio, também influenciaram. Outro problema é a situação da construção, que representa 52% da taxa de investimento. Na decomposição da FBCF, a construção caiu 3,4% em 2018 pelo quinto ano consecutivo, baixa que acabou compensada pelo avanço de 15,4% de máquinas e equipamentos, em que são contabilizadas as plataformas de petróleo. Há indicações que o setor está melhorando, levando-se em conta a movimentação nas imobiliárias e em alguns segmentos da construção civil. A atividade imobiliária, considerada indicador antecedente da atividade na construção, subiu 3,1% no ano passado e liderou o avanço dentro de serviços. No entanto, a crise fiscal enfrentada pelos diversos níveis de governo levou a cortes nos investimentos públicos, atingindo em cheio as obras de infraestrutura.

Além da retomada da construção, fator importante para estimular a recuperação da poupança e do investimento, é preciso reduzir as incertezas e fortalecer a confiança dos investidores e dos consumidores, o que depende do andamento das reformas, que vai impactar o ajuste fiscal e influenciar a eventual disponibilidade do governo para investir. Os números dependem

também das privatizações da infraestrutura, que podem animar o setor de construção e a demanda por máquinas e equipamentos. Dada a elevada ociosidade nas indústrias, as compras desses produtos são destinadas à manutenção e modernização.

Acredita-se que ainda vai levar tempo para a poupança e o investimento atingirem um patamar adequado ao crescimento sustentável da economia. No início do ano passado, as estimativas de crescimento de 3,5% do PIB embutiam previsão de aumento de quase 8% do investimento. O PIB propriamente dito frustrou as expectativas e acabou crescendo apenas 1,1%.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	12/03/2019
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Destaques

Minério de ferro em queda

Os preços do minério de ferro iniciaram a semana na China com ampliação das perdas verificadas na sexta-feira, na esteira da preocupação das siderúrgicas com o aumento dos custos e dados locais que reforçam a percepção de desaceleração econômica. De acordo com a publicação especializada "Fastmarkets MB", a tonelada do minério com pureza média de 62% entregue no porto de Qingdao caiu US\$ 1,98 ou 2,3%, para US\$ 83,79 por tonelada. Com esse desempenho, no mês, a commodity opera agora no terreno negativo, com baixa de 1,8%. No ano, a valorização é de 15,21%.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	12/03/2019
Seção:	Empresas
Autor:	Rodrigo Polito Do Rio
Título:	Capitale investirá R\$ 500 milhões em biogás até 2021

O grupo Capitale Energia, especializado em comercialização de energia, planeja investir R\$ 500 milhões no negócio de biogás nos próximos dois anos. A meta da companhia é alcançar uma capacidade de produção de 1 milhão de metros cúbicos diários de biometano (gás natural renovável produzido a partir de

resíduos sólidos ou dejetos de animais), o equivalente a quase 1% de toda a produção de gás natural do país, até o fim de 2021.

O primeiro passo foi dado em janeiro, por meio da ZEG Biogás, braço da ZEG holding, empresa do grupo Capitale, que adquiriu a Gasgrid, especializada em produção e comercialização de biometano. A empresa já produz hoje biogás a partir de um aterro sanitário na zona Leste de São Paulo. O gás é destinado a uma térmica com 5 megawatts (MW) de capacidade.

A expectativa da ZEG Biogás, no entanto, é utilizar parte do biogás para a produção de biometano. Um projeto do tipo deve iniciar a operação ainda neste ano. Em 2020, a unidade deve atingir capacidade de 90 mil metros cúbicos diários de gás natural. Com a mesma composição técnica do gás natural convencional, de origem fóssil, o biometano pode ser utilizado por indústrias, usinas termelétricas e veículos.

A meta do grupo é alcançar faturamento de R\$ 600 milhões com o negócio de biogás em 2021. O faturamento anual do grupo Capitale é de R\$ 1,7 bilhão, com previsão de estabilidade para este ano. A Capitale pertence aos sócios fundadores Rafael Mathias e Daniel Rossi. Em 2012, 50% da empresa foi vendida para os fundos Pátria e Blackstone. Três anos depois, os fundadores recompraram a fatia.

Com relação ao plano de investimentos de R\$ 500 milhões para os próximos dois anos, Rossi explicou que parte dos recursos será bancada com capital próprio e parte, coberta por terceiros. "Temos percebido no mercado um movimento cada vez maior de fundos que fazem questão de distribuir seu portfólio colocando parte de seus valores em mercados renováveis. Temos visto essa demanda sendo crescente".

A ZEG foi criada no ano passado pelos sócios da Capitale Energia. A empresa possui quatro subsidiárias, uma para a área de centrais geradoras hidrelétricas (CGH, usinas com potência máxima de 1 MW), outra para produção de energia solar fotovoltaica, outra na área ambiental e a ZEG Biogás.

No longo prazo, explicou o executivo, a ideia é capitalizar a ZEG, seja por meio da venda de participação para um fundo de private equity ou por uma oferta pública inicial de ações (IPO).

"O caminho estratégico da ZEG é, em algum momento, uma captação, através de private equity ou através do IPO", disse Rossi. "Ao longo de 2019, temos muitos projetos com alto volume de capex necessário. Pode ser que a gente tenha que antecipar algum movimento estratégico para fazer frente a toda demanda que estamos começando a capturar".

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 12/03/2019****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho | Do Rio****Título: Petrobras espera avançar na venda da TAG, Braskem e BR**

Os próximos três meses prometem agitar o plano de desinvestimentos da Petrobras. A estatal espera avançar nas próximas semanas com negócios bilionários - como a venda da Transportadora Associada de Gás (TAG) - e definir, ainda no primeiro semestre, uma série de detalhes sobre o seu programa de venda de ativos, incluindo o futuro da empresa no refino, na BR Distribuidora e na Braskem.

A principal expectativa do mercado gira em torno da abertura do mercado de refino. O presidente da petroleira, Roberto Castello Branco, já disse que o modelo de negócios da venda das refinarias deve ser definido até junho. A Petrobras possui 13 unidades, que respondem por 98% da capacidade de refino do país. O executivo, no entanto, vê espaço para que a estatal reduza sua fatia no mercado para cerca de 50%.

O plano original, lançado em abril de 2018, previa a venda de uma participação de 60% em quatro unidades, divididas em dois polos regionais (Sul e Nordeste). A ideia de Castello Branco, no entanto, é que o número de refinarias vendidas seja maior que o inicialmente previsto.

"Se vendermos uma refinaria, queremos vender 100% dela", afirmou, durante teleconferência com analistas, há duas semanas.

Castello Branco também já declarou que pretende mudar o modelo atual para aumentar o número de potenciais compradores. O projeto original de desinvestimentos no refino vetava a participação de empresas que tenham como principal atividade a comercialização global de petróleo e derivados de terceiros, conhecidas como tradings.

"Não concordamos [com o modelo atual], porque ele exclui compradores. Não queremos excluir ninguém", afirmou o executivo, há duas semanas, durante apresentação dos resultados de 2018.

A empresa já sinalizou também que, ainda no primeiro semestre, deve decidir sobre a redução de sua participação na BR Distribuidora. Segundo informações da Bloomberg, confirmadas pela Petrobras, a estatal avalia uma oferta secundária de ações da BR. A petroleira detém 71,25% do capital da distribuidora, mas quer reduzir ainda mais a sua fatia na empresa.

Além disso, o presidente afirmou ontem, em entrevista à Bloomberg, nos Estados Unidos, que a venda de 90% da TAG pode ser definida ainda neste mês. Segundo o executivo, a companhia espera receber ofertas de até três grupos.

A TAG é o principal negócio do atual plano de desinvestimentos da estatal. operação é avaliada em cerca de US\$ 8 bilhões, valor equivalente a quase todas as negociações anunciadas pela empresa no biênio 2017/2018.

O **Valor** apurou que a Engie, ao lado do fundo de pensão canadense Caisse de Depot et Placement du Quebec (CDPQ), apresentou a melhor proposta na fase vinculante e, por isso, foi convidada a negociar os aspectos contratuais - como valor e o contrato de operação dos gasodutos. A Petrobras esclarece, no entanto, que não há acordo de exclusividade. A estatal abrirá uma nova rodada de ofertas entre as participantes do processo.

Castello Branco disse, ainda, que espera anunciar em 30 dias uma decisão sobre a possível venda de sua fatia de 36,1% na Braskem. A estatal aguarda os termos do acordo entre Odebrecht e LyondellBasell, para decidir se acompanhará ou não a opção de venda de sua fatia para a holandesa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Ivo Ribeiro | De São Paulo

Título: CBMM investe em Araxá para garantir demanda do nióbio

Maior fabricante mundial de ligas de nióbio, a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM) teve em 2018 um dos seus melhores desempenhos. As vendas cresceram 26%, em volume, 56% em receita e o lucro líquido, 69%, com R\$ 2,8 bilhões. Repetir esses números não é algo com que a companhia conta, mas sua expectativa é de novo crescimento de dois dígitos: ir de 90 mil toneladas para 100 mil toneladas em 2019.

A esse ritmo, a empresa pôs em marcha investimento de R\$ 450 milhões para ampliar a capacidade de produção da fábrica em Araxá (MG). A previsão é iniciar o ano de 2021 apta a produzir 150 mil toneladas de ferro-nióbio e produtos especiais (ligas, óxidos e nióbio metálico), ante as 120 mil toneladas atuais. Será instalado um forno numa das várias fases do processo de produção. Hoje, 500 pessoas estão trabalhando nas obras civis e de montagem.

O objetivo é atender o mercado com folga, sem causar insegurança de fornecimento, disse, em entrevista ao **Valor**, o presidente da companhia, Eduardo Ribeiro. No mapa de evolução do mercado mundo afora, afirmou, a empresa estima que o consumo deve ultrapassar o volume do que ela pode produzir em três a quatro anos.

O nióbio, cuja principal aplicação ainda é na indústria do aço, avança em outros nichos de mercado, como a indústria aeroespacial e já desponta como um dos metais de ponta na fabricação de carros elétricos. Já está em desenvolvimento de baterias.

A CBMM tem reservas com elevadores teores de metal suficientes para mais de 100 anos de exploração contínua. Controlada pela família Moreira Salles, com 70%, tem dois sócios da região da que mais consome nióbio - consórcio japonês-sul-coreano e outros de empresas chinesas. Pedro Moreira Salles preside o conselho de 10 integrantes, sendo quatro vagas dos sócios asiáticos.

Aumento das vendas na China, efeitos positivos do câmbio - a empresa vende em dólar, euro e iene - no segundo semestre e uma gestão mais rígida de custos contribuíram para o resultado da empresa, cuja receita somou R\$ 7,42 bilhões - um aumento de 55%. "A CBMM entrou no clube das empresas com US\$ 2 bilhões de faturamento", afirmou Carlos Moura, diretor financeiro.

Ribeiro disse que a empresa capturou, somente ela, todo o crescimento do mercado no ano passado. Grande parte disso foi puxada pela China com maior aplicação do nióbio em aços estruturais, para construção e em estruturas metálicas. Os chineses adotaram uma norma mais rígida uso do metal em vergalhões com adição de microligas.

O preço do ferro-nióbio, que já esteve em US\$ 42 o quilo nos anos dourados de 2011 e 2012, manteve em US\$ 36 no passado, depois de caído a US\$ 32 em 2015. "Trabalhamos com estabilidade do preço neste ano", disse Ribeiro.

Das 84 mil toneladas de ferro-nióbio vendidas, 30 mil foram para a China. Outras 18 mil se destinaram a outros países asiáticos, como Japão, Coreia do Sul, Índia. A Europa tem ainda grande peso - ficou com 24 mil toneladas. A região das Américas, principalmente EUA e Brasil, absorveu 12 mil toneladas. Os produtos especiais, 6 mil toneladas, tiveram como principal destino o mercado americano. A companhia exporta 96% da produção.

As duas grandes concorrentes da CBMM são a canadense Niobec e a chinesa CMOC, que tem operações em Catalão (GO). Juntas, elas respondem por 23 mil toneladas de ferro-nióbio.

Ricardo Lima, vice-presidente de tecnologia e novos negócios, destacou que, com ganho de eficiência e de produtividade, a empresa obteve expressiva redução nos custos fixos e aumento de 20% na capacidade produtiva, chegando ao patamar atual. A margem bruta no balanço teve expansão de 64%, apontou o diretor financeiro.

A margem operacional (Ebitda sobre a receita líquida), de 65%, afirmou o executivo, é um patamar adequado para sustentar a gestão de capital e fazer investimentos em tecnologia e novos negócios. A dívida financeira da companhia é pouco acima do caixa, que encerrou 2018 em R\$ 1,83 bilhão. Um perfil confortável.

Além de seus tradicionais mercados, com destaque para a siderurgia, a CBMM leva avante o projeto de desenvolvimento de bateria elétrica na parceria com a japonesa Toshiba. Em julho, vai inaugurar um laboratório nas instalações de Araxá para trabalhar na síntese do anodo da bateria, que tem como base o íon de lítio. O custo será de R\$ 5 milhões e já tem equipe em formação.

Ricardo Lima, que está à frente desse desenvolvimento, diz que em dois anos todo o desenvolvimento tecnológico da bateria, incluindo testes com montadoras de automóveis, já permitirá gerar a certificação da bateria. "Estamos trabalhando em outras frentes - catodo e eletrodo, por exemplo - ao mesmo tempo, com especialistas, startups e universidades de outros países, casos de China e Coreia do Sul, além de Europa e EUA".

A unidade de novos negócios, informou Lima, já conta com um time de dez pessoas em Araxá. "É uma aposta forte, pois há uma corrida mundial para atender à demanda futura do carro elétrico".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Ivo Ribeiro | De São Paulo

Título: Monitoramento de barragens tem fotografia por satélite e fibra ótica

Dona de oito barragens, para armazenar rejeitos de minério, sedimentos e água, dentro do processo de beneficiamento do minério de nióbio, a CBMM diz que

reforça constantemente a gestão e o monitoramento dos seus reservatórios. Segurança é a palavra de ordem, diz Eduardo Ribeiro, presidente da empresa.

São barragens construídas no sistema a jusante. "Nossas barragens tem construção semelhante às de hidrelétricas, com escolha do material para fazer o maciço".

O executivo admite que os desastres que levaram ao rompimento de Fundão, em Mariana (2015) e de Brumadinho (neste ano) deixaram a empresa mais atenta e em busca de novas tecnologias. No ano passado, a companhia comprou os serviços de um sistema de monitoramento por satélite de uma empresa internacional especializada. Uma vez por semana todo o complexo da empresa é fotografado quando o satélite passa acima de Araxá. Com as fotos em mãos, as análises são constantes.

A empresa movimenta 6 milhões de toneladas de minério por ano e, desse volume, retira 2,5% na forma de concentrado de nióbio. São barragens grandes: as 4 e 5 estão em fase de descomissionamento, a 6 (com 35 milhões de metros cúbicos) está em uso e a 8 começa a receber material neste ano. Outras três são só para contenção de sedimentos e uma para armazenagem de água.

O plano da empresa é adensar o material, ou seja, tirar o máximo de água dos rejeitos. Segundo Ribeiro, a localização das barragens, num vale, não levam risco à Araxá e as comunidades mais próximas estão distantes dez quilômetros.

"É importante a gestão e ter as mais modernas tecnologias de monitoramento", afirma o executivo. Segundo ele, além dos piezômetros e dos medidores de nível de água, a CBMM adquiriu a tecnologia que identifica mudanças no corpo da barragem utilizando-se fibra ótica. Mede movimentações e temperatura. "Contamos ainda com dez drones para ajudar na vigilância e manutenção dos reservatórios".

A norma exige 1,5 como padrão de força máxima de resistência. "Somos mais rígidos. Por isso, adotamos padrão 2", diz.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 12/03/2019

Seção: Economia

Autor: Tânia Monteiro / BRASÍLIA

Título: Furto de combustível vira questão de segurança nacional

Em três anos, quadrilhas perfuraram 578 pontos de tubulações para roubar gasolina e diesel; onda de crimes acendeu alerta do Planalto

Uma onda de casos de furtos de combustíveis na malha de oleodutos do País virou questão de segurança nacional e acendeu o alerta do Palácio do Planalto. Nos últimos três anos, quadrilhas especializadas perfuraram 578 pontos das tubulações para roubar gasolina e diesel. A escalada do crime já interrompeu o fluxo de combustíveis para Brasília por três dias em janeiro e levou o governo a estudar propostas para aumentar o rigor da legislação sobre o tema. Dados levantados pela Transpetro, subsidiária da Petrobrás, revelam que o número de furtos de combustíveis ao longo da malha de 14 mil quilômetros de dutos (oleodutos e gasodutos) saltou de 72 em 2016 para 261 no ano passado.

As informações foram repassadas ao governo para auxiliar nas investigações de órgãos de segurança. De janeiro para cá, a empresa registrou 30 ocorrências de perfurações clandestinas de tubos. Foi numa delas, em Araras, no interior de São Paulo, que a ação dos criminosos interrompeu o fluxo de combustível do oleoduto Osbra, que liga a Refinaria de Paulínia ao terminal de Brasília, a 840 km de distância. A suspensão do fornecimento por mais de mais de 72 horas não chegou a causar desabastecimento, mas, porque algumas bandeiras, como a Shell levaram o produto em caminhões para atender à demanda dos postos. Uma boa parte da tubulação de óleo da Transpetro passa perto de bairros residenciais e estradas de acesso de cerca de 600 cidades em todas as regiões do País.

Apenas em São Paulo, 42 municípios têm suas áreas urbanas próximas a dutos. Das ações criminosas registradas no ano passado, 57% ocorreram no Estado, enquanto 26% aconteceram no Rio de Janeiro. Em reunião na semana passada, o Conselho Administrativo da Petrobrás decidiu intensificar os investimentos para detectar, em tempo real, as perfurações clandestinas dos oleodutos. A empresa decidiu procurar as superintendências da Polícia Federal, as polícias estaduais e o Ministério Público para intensificar as investigações. Ao Estado, o presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, afirmou que o furto de combustível tem sido alvo de grande "preocupação" e "mobilização".

Ele informou que lançará uma campanha de conscientização das comunidades para ajudar no monitoramento das tubulações. "Trata-se de um problema que gera prejuízos para a companhia, não só pelo furto em si, mas também pelo dano causado à infraestrutura e, mais do que isso, pelo risco às comunidades e ao meio ambiente", declarou. "Em dois anos, as ocorrências em nossa infraestrutura quase quadruplicaram." No México, o furto no setor de dutos se transformou num "negócio estruturado", destaca Castello Branco. "Não podemos deixar que isso aconteça no Brasil", disse.

Explosões. A maior preocupação do governo com os roubos nos dutos é com a explosão que esse tipo de ação pode provocar. Neste ano, um desastre no México matou mais de 90 pessoas, depois da explosão de um oleoduto na

cidade de Tlahuelilpan, no Estado de Hidalgo, na região central do país. A explosão ocorreu no dia 18 de janeiro, depois que o oleoduto Tula-Tuxpan foi perfurado por ladrões de combustíveis. Um grupo de até 800 pessoas foi até o local para coletar gasolina em galões. A presença do Exército não inibiu os moradores, que acabaram sendo atingidos.

Não há uma lei específica para o crime no setor de óleo e gás. Para um furto qualificado, a pena, de reclusão de dois a oito anos e multa, é considerada branda. A escalada de furtos de óleo está no radar do Gabinete de Segurança Institucional (GSI). A pasta da Presidência da República acompanha, por meio de informativos de vários órgãos, entre eles a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), dados considerados sensíveis à infraestrutura. Questionado pela reportagem sobre investigações dos grupos criminosos, o GSI respondeu que não se manifestaria por se tratar de tema "relacionado com a inteligência de Estado".

O GSI, no entanto, ressaltou que "realiza, permanentemente, o acompanhamento de assuntos pertinentes às infraestruturas críticas, com prioridade aos que se referem à avaliação de riscos". "Nesse contexto, incluem-se os dutos existentes pela importância que representam à logística do País, bem como pela segurança da sociedade brasileira, em função da possibilidade de sinistros, por diversas razões", destacou. Em 2018, o GSI esteve à frente do monitoramento da situação viária durante a greve dos caminhoneiros. A "infraestrutura crítica" citada na nota da assessoria do órgão é uma referência a portos, aeroportos, ferrovias, rodoanéis, termoeletricas e rodovias.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 12/03/2019

Seção: Economia

Autor: André Borges / BRASÍLIA

Título: Crise de energia em Roraima inclui rombo de R\$ 482,8 mi

Origem da dívida está na falta do linhão de transmissão que ligaria Boa Vista ao resto do País ainda em 2015

A crise de abastecimento de energia que afeta Roraima, Estado que importa boa parte de seus megawatts da Venezuela, passou a incluir um rombo financeiro que já chega a R\$ 482,8 milhões. A origem dessa conta está na falta da linha de transmissão que tinha previsão de ligar, ainda em 2015, a capital Boa Vista ao resto do País, mas que até hoje não saiu do papel. No ano passado, a distribuidora Boa Vista Energia, empresa do grupo Eletrobrás que foi concedida em setembro de 2018, apresentou um pedido de liminar à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), na tentativa de suspender a cobrança.

O pleito ainda é analisado pela área técnica da agência e precisa passar pela diretoria colegiada. A dívida está relacionada a contratos que a concessionária firmou com uma série de usinas que entregariam energia à distribuidora de 2017 a 2021. Acontece que, segundo a concessionária, a entrega dessa energia dependia da operação da linha de transmissão Manaus- Boa Vista. O projeto na linha, porém, por passar diretamente dentro da terra indígena waimiri atroari, nunca conseguiu licenciamento ambiental e, passados oito anos desde o seu leilão, não teve nem sequer as obras iniciadas. Como as usinas não têm nada a ver com isso, passaram a exigir o pagamento da energia contratada pela distribuidora.

Hoje, o Estado de Roraima é o único do País que não está conectado ao Sistema Interligado Nacional de energia e depende da importação de energia da Venezuela ou do abastecimento de usinas térmicas do Estado, que são mais caras e poluentes. "Não há meios de receber o produto (energia) dos contratos, já que a linha de transmissão não foi operacionalizada", declarou a concessionária, por meio de sua defesa judicial. Como os geradores não têm nada a ver com os problemas de transmissão de energia, passaram a cobrar a concessionária, que diz não ter como pagar a conta. "A periclitante situação é decorrente de fato de terceiro e a Aneel é a única legitimada a idealizar uma solução para a situação enfrentada", declarou a companhia, em documento enviado à agência.

A concessionária foi procurada pela reportagem para comentar o assunto, mas não retornou ao pedido de entrevista até o fechamento deste texto. A Aneel e o **Ministério de Minas e Energia** declararam que não comentariam o assunto. Linhão. O governo Bolsonaro tem pressionado para que o licenciamento ambiental da linha Manaus-Boa Vista seja liberado. Atualmente, o processo se encontra em análise pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Nesta semana, há previsão de que o presidente da Funai, Franklimberg de Freitas, faça uma visita ao Estado para dialogar com os indígenas waimiri atroari.

Na semana passada, um blecaute afetou Roraima, em decorrência de paralisações no abastecimento pela Venezuela. O governo anunciou que a conclusão do linhão é uma "prioridade nacional", impondo que o licenciamento avance. A concessionária que venceu a disputa para construir o linhão, a Transnorte, formada pelas empresas Alupar e Eletronorte, subsidiária da Eletrobrás, já manifestou anteriormente o interesse de devolver o contrato, mas o MME foi contra a ideia e quer a construção da linha.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 12/03/2019****Seção: Política****Autor: CARACAS****Título: Após 5 dias de apagão, falta água em Caracas e Guaidó declara emergência**

Maduro contra a parede. Blecaute provoca onda de saques, colapso do transporte público, queda da telefonia móvel, suspensão da jornada de trabalho e fechamento das escolas; líder da oposição culpa governo chavista e pede manifestações em massa hoje

No quinto dia sem fornecimento estável de Energia na Venezuela, começou a faltar água em Caracas. Saques foram registrados na capital e já falta combustível na maior parte do país. As aulas foram canceladas e foi decretado feriado no país em razão da falta de luz. O sistema de celulares também foi afetado e apenas 100 dos 1,8 mil postos de gasolina estão funcionando. Diante do cenário caótico, o líder opositor Juan Guaidó, que se declarou presidente interino em janeiro, convocou novos protestos para hoje e, a seu pedido, a Assembleia Nacional, controlada pela oposição, decretou "estado de emergência nacional" na Venezuela.

O decreto tem pouco efeito prático, uma vez que o chavismo retirou os poderes do Parlamento controlado pela oposição. Pelo Twitter, Guaidó afirmou que a oposição tentará levar informações sobre os efeitos provocados pelo apagão e oferecer alguma assistência aos venezuelanos. "Amanhã, às 3 horas da tarde, toda a Venezuela nas ruas", convocou Guaidó. "Não há normalidade na Venezuela e não vamos permitir que se normalize a tragédia." O presidente Nicolás Maduro, por sua vez, voltou a atribuir o apagão a uma "guerra elétrica" travada pelos Estados Unidos e disse estar "avançando progressivamente na solução do problema".

Ontem, os efeitos do desabastecimento se tornaram visíveis na capital venezuelana quando dezenas de pessoas recorreram ao poluído Rio Guaire para armazenar água em galões e garrafas. O apagão afetou a distribuição, pois Caracas fica a 900 metros acima do nível do mar e a água do Reservatório de Tuy tem de ser bombeada para a rede. Para isso, é necessária Energia elétrica, o que ocorre de forma intermitente desde quinta-feira. Mas há meses o abastecimento na cidade está ameaçado, segundo analistas. Com a falta de manutenção, geradores que poderiam entrar em ação em caso de falta de Energia também não estão funcionando.

Problemas similares aos de Caracas ocorrem nos Estados de Zulia, Anzoátegui, Aragua e Cojedes, diz Norberto Bausson, ex-diretor da Hidrocapital, empresa de água de Caracas. Segundo o New York Times, a hipótese mais provável para o apagão é um problema nas turbinas da Hidrelétrica de Guri. Além disso, a subestação San Gerônimo B, responsável por levar Energia para 80% dos venezuelanos, está paralisada. Sua substituta, San Gerônimo A, funciona de maneira intermitente. Como falta pessoal qualificado e peças para a manutenção em Guri, o governo já tentou religar as turbinas da hidrelétrica cinco vezes, sem sucesso. A instabilidade tem provocado incêndios em subestações menores. Ontem, um transformador explodiu em Caracas, assustando os moradores da capital. / NYT, REUTERS e BLOOMBERG

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 12/03/2019

Seção: Colunas

Autor: Alberto Bombig

Título: » Largada.

Coluna do estado

Rodrigo Maia reuniu ontem representantes dos ministérios de **Minas e Energia** e da Economia para tratar da privatização da Eletrobrás. Quer retomar a pauta o quanto antes.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 12/03/2019

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: Guedes, economia e ideologia

Condição essencial para o crescimento, uma boa reforma da Previdência será a maior e melhor façanha do ministro da Economia, Paulo Guedes, a julgar pela entrevista publicada no domingo pelo Estado, a primeira concedida a um órgão de imprensa de grande circulação. Se o corte do gasto previdenciário chegar a R\$ 1 trilhão em dez anos, a meta oficial será atingida e o resultado será provavelmente o melhor possível, ou quase. Mas o ministro precisará concentrar-se nesse objetivo, sem dispersar Energia e sem abrir muitas frentes de ação, risco perceptível claramente em suas declarações.

A aprovação da reforma, embora crucial, será no entanto insuficiente para garantir por vários anos uma expansão econômica mais acelerada. Serão necessárias outras medidas para tornar mais eficiente o governo e dinamizar o setor privado. Algumas ações indicadas na entrevista, como a redução das

vinculações orçamentárias, são promissoras, mas politicamente complexas e, além disso, perigosas, se conduzidas com mais ideologia do que pragmatismo. A fala do ministro pode ser ideologicamente atraente para uma parte do eleitorado, mas nem sempre é clara para quem espera argumentos pragmáticos e vinculados a estratégias econômicas de longo prazo.

A desvinculação de verbas, por exemplo, é facilmente defensável, quando se trata de tornar o orçamento mais flexível e mais adaptável a diferentes prioridades econômicas e sociais. Isso vale para as verbas destinadas a educação e saúde. A vinculação nunca resultou em melhores políticas, mas engessou as finanças públicas e criou oportunidades para mau emprego de recursos e até para corrupção. Mas também há verbas destinadas obrigatoriamente a Estados, municípios e regiões. Não tem sentido mexer nessa obrigação constitucional sem cuidar também de uma reforma tributária e de uma redistribuição de funções. O ministro fala em descentralização, repetindo o slogan "menos Brasília e mais Brasil", mas sem explicar como se poderá realizar a mudança.

Ele se refere na entrevista a uma reforma tributária, mas sem ir além da ideia da simplificação dos tributos. Simplificar é importante, sem dúvida, mas também é preciso racionalizar o sistema e torná-lo mais funcional – por exemplo, mais compatível com uma economia forçada a competir internacionalmente. Para isso será indispensável pensar numa ampla reforma do ICMS, o principal tributo estadual. O ministro da Economia e seus companheiros têm normalmente passado longe desses detalhes. Não basta simplificar e aliviar a tributação. Eficiência e competitividade envolvem outros fatores, como o custo do investimento, o peso dos impostos sobre os bens e serviços exportados e a cumulatividade dos tributos.

Alguém está pensando nisso – e em como garantir a receita necessária aos governos dos três níveis? Perguntas semelhantes valem para as privatizações. O ministro gostaria, segundo afirmou, de "vender tudo e reduzir a dívida", mas o presidente pode impor limitações. A venda de vários ativos pela Petrobrás é apontada como um argumento, mas algo mais é necessário. A Petrobrás, desde a grande mudança de sua administração, redefiniu planos, metas e etapas. Não se limitou a vender controles e participações para reduzir a dívida. Há algo parecido no governo?

Quando se pensa em estratégia, as privatizações da Eletrobrás e da Petrobrás podem ter significados diferentes. Mas estratégia é uma noção rara no discurso do governo Bolsonaro, onde sobra ideologia e faltam pragmatismo e economia. Há pouca diferença entre a pauta de privatizações e a "agenda dos costumes", citada quatro vezes nos seis primeiros tópicos da entrevista. Nenhum discurso ideológico substituirá boas políticas de investimento produtivo, público e

privado, necessário à elevação do potencial de crescimento. Ideologia poderá, no entanto, atrapalhar o indispensável investimento em capital humano, assunto ignorado até hoje na política educacional do governo Bolsonaro. O economista Guedes deve ter alguma familiaridade com o tema.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 12/03/2019

Seção: Metrópole

Autor: Renata Batista / RIO Leonardo Augusto ESPECIAL PARA O ESTADO BELO HORIZONTE

Título: Vale sabia de problema em barragem desde 2017, diz MP

A Vale sabia desde o fim de 2017 que a barragem que se rompeu em Brumadinho (MG) não atendia a critérios de segurança, segundo o Ministério Público de Minas. O problema na estrutura foi discutido em reuniões e até em uma apresentação de PowerPoint com cálculos matemáticos. A empresa diz que nenhum depoimento de funcionários da Vale indica conhecimento prévio de risco de ruptura. "A situação começou a ser questionada no fim de 2017. Começaram então a discutir alternativas para que esse fator de segurança fosse melhorado.

Uma dessas alternativas começou a ser implementada, surgiu um problema com a implementação, a empresa interrompeu e, a partir de então, nenhuma outra providência prática foi adotada", disse ontem a promotora Paula Ayres, da força-tarefa que apura a tragédia. O desastre já tem 200 mortos confirmados e 108 desaparecidos. Segundo a promotora, não é possível determinar que alguém seja o responsável por não tomar as medidas necessárias. Até agora, 18 pessoas foram ouvidas. A maioria funcionários da Vale e da empresa Tüv Süd, que atestou a segurança da represa.

"Cada um teve acesso de alguma forma. Por e-mail, relatórios técnicos, recomendações, atas de reuniões em que isso foi discutido e até painéis de especialistas", disse Paula. Para ela, a investigação aponta para crime doloso – quando há intenção. "Tudo indica que eles teriam de parar a produção e ficou-se sempre buscando uma solução que evitasse parar a operação", acrescentou. Empresa. Em nota, a Vale disse que "nenhum depoimento de funcionário da Vale indica conhecimento prévio" de risco iminente de ruptura.

Ainda conforme a mineradora, as "questões apontadas nas auditorias vinham sendo atendidas sob a orientação das próprias empresas de auditoria". A empresa disse ainda que os depoimentos de seus funcionários "refutam qualquer pressão" para concessão do laudo de estabilidade da estrutura.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 12/03/2019****Seção: Colunas****Autor****Título: Salgado, o pré-sal****Direto da fonte**

Paulo Guedes já tem claro o que fará com a receita estimada em R\$100 bilhões a ser arrecadada nos leilões do pré-sal da Petrobrás: "Serão usados para a redução de dívida pública". Para o ministro, é inaceitável que o Brasil gaste, em juros anuais, o equivalente à reconstrução de "uma Europa no pós-guerra". E compara: "Se você tem uma empresa com tal custo, a primeira coisa a fazer é vender ativos para reduzir esse gasto gigantesco". Para o ministro, o Brasil hoje "é paraíso dos rentistas. Por isso a Faria Lima, em São Paulo, era "alckmista" nas eleições. A vida é boa na avenida", declarou ao Estado.

Salgado 2

Antes de imaginar a entrada dos bilhões, entretanto, segundo se apurou, o governo e a Petrobrás terão que chegar a uma conclusão sobre a revisão do contrato da cessão onerosa. As tratativas para tanto já recomeçaram.

Salgado 3

Consta que a equipe de Temer acertou, em aditivo de contrato, que a Petrobrás receberia cerca de US\$ 14 bilhões pelos 5 bilhões de barris a que tem direito – algo como... R\$ 53 bilhões hoje. Nada menos que metade da arrecadação prevista no todo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 12/03/2019****Seção: Colunas****Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt e Fernanda Guimarães****Título: Pré-sal renderá R\$ 150 bi em royalties até 2023****Coluna do broadcast**

A Petrobrás projeta o pagamento de R\$ 150 bilhões até 2023 em royalties e tributos, relativos à extração de óleo e gás feita exclusivamente nas áreas do pré-sal. O valor equivale ao que foi desembolsado no ano passado pelo conjunto de todas as áreas da empresa, em diferentes bacias, incluindo participações especiais. O crescimento da produção nas áreas do pré-sal

contribuiu também para ampliar o investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), que pulou de R\$ 1,8 bilhão para R\$ 2,3 bilhões no último ano. Por lei, quanto mais cresce a produção, mais a empresa tem de investir em pesquisa. Com os recursos, serão beneficiados a União e os governos estaduais do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo, além dos municípios nos quais é feita a extração.

COM CIRCE BONATELLI, FERNANDA NUNES-CRISTIANE BARBIERI, E PATRICK CRUZ

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 12/03/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Agropecuária é alvo de impasse entre os países

A boa vontade e o entusiasmo entre os governos de Donald Trump e Jair Bolsonaro, demonstrados nas recentes visitas de altas autoridades dos Estados Unidos ao Brasil, ainda não destravaram questões pontuais e pleitos pendentes na área agropecuária dos dois países. Os Estados Unidos pedem uma reavaliação da cota de importação de etanol imposta pelo Brasil como medida de proteção e estímulo ao mercado interno.

As importações de etanol sem tarifa são hoje limitadas a 150 milhões de litros por trimestre. Para as importações acima do valor estipulado pela Câmara de Comércio Exterior (Camex), há a incidência de taxa de 20%. O tema é considerado sensível no Brasil e, para autoridades brasileiras, exige coordenação e conversas com o setor produtivo. Por isso, os negociadores brasileiros não prometeram aos americanos uma solução sobre o tema antes da visita de Bolsonaro a Trump.

Os americanos afirmam que a tarifa não é uma boa sinalização dentro do caminho para um livre-comércio entre os países. Os Estados Unidos também buscam a abertura do mercado brasileiro para a exportação de carne suína, o que depende de negociações fitossanitárias consideradas mais simples pelas equipes dos dois países do que a demanda relacionada ao etanol. Do outro lado, o Brasil tenta reabrir nos Estados Unidos o mercado para exportação de carne bovina in natura. Os americanos aumentaram os testes de qualidade sobre a carne fresca importada do Brasil depois da Operação Carne Fraca.

Três meses depois da repercussão internacional da operação, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos anunciou a medida após testes de qualidade da carne brasileira que entra no país reprovarem a quantidade de abscessos

presentes na carne bovina. Na ocasião, os produtores brasileiros informaram que uma reação à vacina contra febre aftosa teria causado o problema.

Desde então, o Brasil entrou em uma longa negociação e submeteu aos Estados Unidos uma série de formulários elaborados pela equipe americana para certificar a qualidade da carne bovina fresca. Autoridades do governo brasileiro trabalham atualmente para agendar uma missão dos americanos ao Brasil, último passo para reabrir o mercado. Apesar de ser um mercado relativamente novo ao País – e de os EUA não serem os grandes importadores do produto –, a venda para os americanos é vista como importante referência para as operações internacionais.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 12/03/2019

Seção: Ciência

Autor:

Título: Após 20 anos, Brasil e EUA fecham acordo sobre base de Alcântara, no Maranhão

Trato deve ser anunciado na semana que vem; acordo já teve voto contrário de Bolsonaro e foi rejeitado pelo Congresso em 2000

Marina Dias

Washington- Depois de quase 20 anos de negociação, Brasil e EUA concluíram as tratativas para o novo Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, que permite o uso comercial da base de Alcântara, no Maranhão, para o lançamento de satélites, mísseis e foguetes.

O documento está sendo revisado por integrantes dos governos brasileiro e americano para que possa ser assinado durante avista do presidente Jair Bolsonaro aos EUA, na próxima semana.

A informação foi antecipada pelo jornal O Estado de S. Paulo e confirmada pela Folha.

Segundo integrantes do Planalto, as conversas entre Bolsonaro e Donald Trump serão em torno da troca de informação nas áreas de inteligência, defesa e segurança, além da situação na Venezuela.

O novo acordo prevê a proteção de conteúdo com tecnologia americana utilizado no lançamento de foguetes e mísseis a partir de Alcântara — a base é visada pois fica próxima à linha do equador e, assim, economiza combustível.

Sem o trato, a base ficaria limitada, já que 80% do mercado espacial usa tecnologia americana.

Brasil e EUA já haviam tentado fechar acordo em 2000, quando o então presidente

Fernando Henrique Cardoso assinou o documento. O texto, porém, foi rejeitado pelo Congresso, que entendeu que ele feria a soberania nacional.

A partir dali, a questão a ser resolvida era permitir o acesso e conhecimento sobre os lançamentos que seriam feitos na base e, ao mesmo tempo, proteger a propriedade intelectual dos americanos.

Em junho de 2018, as negociações foram retomadas e essas questões foram dirimidas com mudanças no texto que diminuiriam a possibilidade de interferência dos EUA.

A previsão de proteção de conteúdo americano ficou restrita a mísseis, foguetes, artefatos e satélites só quando tiverem tecnologia ou equipamentos dos EUA —antes era previsto que a proteção seria de toda a tecnologia utilizada.

“O acordo de salvaguardas, por si só, seria um avanço relevante, depois de uma espera de quase 20 anos”, afirma Sérgio Amaral, embaixador do Brasil em Washington. “Mas é mais do que isso. Abre o caminho para proveitosas parcerias empresariais e para ampla cooperação espacial com os Estados Unidos, tal como previsto no memorando assinado por ocasião da visita do vice-presidente [Mike] Pence ao Brasil, no ano passado.”

Os recursos obtidos da exploração comercial de Alcântara poderão ser usados no Programa Espacial Brasileiro. O acordo foi firmado para um ano, mas pode ser renovado.

Colaborou Patrícia Campos Mello

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 12/03/2019

Seção: Colunas

Autor: Mônica Bergamo

Título: UM TOM ACIMA

A Câmara dos Deputados pode atuar institucionalmente para derrubar o acordo que procuradores da Lava Jato fecharam com a Petrobras para administrar um fundo de R\$ 2,5 bilhões. Além do PSOL e do PT, outros partidos já estão consultando seus próprios advogados sobre o tema.

VEÍCULO: O Globo**Data: 12/03/2019****Seção: Economia****Autor: BRUNO ROSA E MANOEL VENTURA****Título: Governo vai incentivar competição no setor de gás**

Para reduzir à metade o custo do combustível, que tem forte peso nos gastos da indústria, ideia é estimular o compartilhamento de gasodutos e diminuir a participação da Petrobras na área

RIO E BRASÍLIA- O governo planeja reduzir em 50% o preço do gás no Brasil e, para isso, prepara um novo programa a fim de redesenhar o mercado e reduzir a participação da Petrobras no setor. Chamado internamente de “Novo Gás para Crescer”, ele está sendo trabalhado por técnicos da área econômica e de energia antes de as propostas serem apresentadas ao mercado e ao Congresso.

A antiga proposta com esse nome foi lançada em 2016, mas não foi analisada na Câmara. O objetivo do governo é diversificar os agentes do setor e aumentar a competição, mas sem riscos regulatórios, para atrair investimentos externos para o país.

Os trabalhos levam em conta sugestões enviadas pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para combater o monopólio. O projeto prevê ações para aumentar a competição nas áreas de transporte e comercialização de gás. As iniciativas, segundo estudo do governo, podem reduzir o preço do produto, dos quase US\$ 11 por milhão de BTU (unidade de medição do gás) para algo na faixa de US\$ 5 por milhão de BTU.

O tema foi citado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, em entrevista ao “Estado de S.Paulo”. Ele disse que o objetivo é criar um “choque da energia barata”. Segundo uma fonte, a principal mudança é criar regras para que a iniciativa privada consiga usar a rede de gasodutos no país. Hoje, essa infraestrutura é controlada pela Petrobras. Mesmo que esses gasodutos estejam vazios, a estatal não permite que empresas privadas acessem a infraestrutura. E é isso que o governo, por meio da ANP, quer mudar.

— É como um hotel. A Petrobras é a dona do prédio, mas faz um bloqueio de todos os quartos, mesmo dos que estão vazios. Ninguém consegue reservar nada. Isso trava o sistema. No caso dos gasodutos, as empresas privadas não investem em projetos porque não têm como transportar o gás — disse uma fonte que participa do projeto do governo.

As mudanças de regras vão ganhar ainda mais relevância com o aumento da produção de gás do pré-sal, o que deve atrair mais empresas ao setor.

FATIA EM DISTRIBUIDORAS

Permitir que mais empresas transportem o gás em diferentes regiões do país é importante para atrair investimentos. Segundo especialistas, o gás tem peso relevante nos custos da indústria. No caso dos setores petroquímico e de fertilizantes, responde por 80% das despesas. Já entre os produtores de vidro, representa de 50% a 60%. No setor siderúrgico, 30% dos gastos.

Na nota enviada ao Cade, a ANP diz que é necessário definir regras para permitir o acesso aos gasodutos. Segundo uma fonte do setor, mesmo quando a Petrobras vende gasodutos, ela mantém contratos que dão direito de uso de 100% da capacidade. Ou seja, vende o gasoduto, mas continua sendo a única a utilizá-lo.

Outra frente importante para permitir a concorrência no setor de gás envolve a área de comercialização. Hoje, a Petrobras é acionista de distribuidoras de gás. São ao menos 19 empresas, como a Ceg Rio, a Sulgas (Rio Grande do Sul), Cegas (Ceará) e BahiaGas, entre outras. Com isso, as companhias são obrigadas a comprar o gás da estatal, o que inviabiliza a concorrência no setor. Por isso, a ideia é que a Petrobras venda suas participações. Outra alternativa, segundo fontes, é adotar medidas que assegurem a independência das áreas comerciais e de operações das distribuidoras de gás canalizado.

Luiz Costamilan, secretário executivo de Gás Natural do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), avalia que é preciso aumentar a competição no setor de gás e permitir que grandes consumidores escolham o fornecedor. Ele cita decreto de dezembro do ano passado, que deu poderes para que a ANP regule as tarifas de transporte e acesso a gasodutos.

— Há grande potencial para que o gás natural aumente a competitividade da indústria e da economia, mas isso vai depender do esforço político do governo para realizar reformas estruturais no setor — avalia Edmar Almeida, professor do Instituto de Economia da UFRJ.

O Cade disse que possíveis condutas anticompetitivas da Petrobras no mercado de gás estão sendo investigadas por meio de inquérito administrativo. Procuradas, ANP e Petrobras não comentaram.

VEÍCULO: O Globo**Data: 12/03/2019****Seção: Economia****Autor: ANA PAULA RIBEIRO E GABRIEL MARTINS****Título: Previdência e Petrobras fazem Bolsa subir 2,79%**

Dólar comercial tem queda de 0,72%, a R\$ 3,844. Mercado espera início das discussões na CCJ

SÃO PAULO E RIO- O Ibovespa, principal índice de ações do mercado local, fechou ontem em alta de 2,79%, aos 98.026 pontos. Já o dólar comercial recuou 0,72%, a R\$ 3,844. A expectativa em torno da tramitação da reforma da Previdência, os ganhos na Petrobras e o cenário externo contribuíram para esse desempenho.

Os investidores encaram com otimismo a possibilidade de a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) dar início amanhã aos trabalhos de debater o texto da reforma. Ricardo Zeno, sócio da assessoria de investimentos Guia da Bolsa, explica que até mesmo a notícia de um projeto para pôr fim às vinculações das receitas do Orçamento ficou em segundo plano:

— O mercado está muito em torno da pauta doméstica. Existe uma expectativa muito grande com a tramitação e a aprovação da reforma da Previdência. Esse outro projeto não gera desconforto (por tramitar junto).

Segundo Luiz Roberto Monteiro, operador da corretora Renascença, a reunião, no último fim de semana, entre o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e Jair Bolsonaro, para acertar a tramitação da reforma na Casa, “foi bem vista pelo mercado”: — Agora as expectativas estão focadas na instalação da CCJ.

As ações da Petrobras estiveram entre as principais altas do Ibovespa. Os papéis ordinários (ON, com direito a voto) subiram 5,66%, enquanto os preferenciais (PN, sem voto) avançaram 4,05%, refletindo o projeto de tornar a estatal mais eficiente. De acordo com o chamado Plano de Resiliência, a empresa quer vender mais ativos, reduzir gastos e melhorar a gestão.

O cenário externo também contribuiu, com a alta dos índices americanos. O Dow Jones avançou 0,79%, enquanto o S&P subiu 1,47%, e a Bolsa eletrônica Nasdaq, 2%.

VEÍCULO: O Globo**Data: 12/03/2019****Seção: O Mundo****Autor:****Título: Sem luz no fim do túnel**

Apagão na Venezuela entra no quinto dia e afeta principal terminal petrolífero

A Venezuela viveu ontem o quinto dia do blecaute que deixou a maior parte do país às escuras no final da tarde do dia 7 de março e, em boa a energia tenha voltado em algumas partes, o caos ainda é geral. Sem eletricidade, o principal terminal de petróleo do país, o de José, teve de interromper as exportações.

Ontem, o governo de Nicolás Maduro determinou novamente a suspensão das aulas e do dia de trabalho, a vigorar até hoje. A falta de energia paralisou serviços como telefonia, transporte metroviário e o abastecimento de água potável.

De acordo com fontes ouvidas pela agência Reuters, o terminal de José, no Nordeste do país, trabalha agora com um plano de contingência para restaurar a energia — 65% da eletricidade consumida pelo complexo vêm do sistema elétrico nacional, cujo principal componente é a hidrelétrica de Guri, onde se originou o blecaute. Produtores no Cinturão do Orinoco também estão operando sob condições mínimas após o blecaute.

— O governo decidiu que deveria haver racionamento de eletricidade até que restabelecesse 100% da rede nacional — disse a fonte à Reuters.

Na madrugada de ontem, a subestação Humbolt, no Leste de Caracas, explodiu. A TV estatal confirmou o incidente, que não deixou feridos, e disse que as causas estavam sendo investigadas. Diante dos problemas causados pelo blecaute, o líder opositor e presidente autoproclamado Juan Guaidó anunciou a declaração de “alerta nacional”, e convocou uma sessão de emergência na Assembleia Nacional, de maioria opositora.

No decreto aprovado pelo Parlamento, Guaidó pede “cooperação internacional” para superar a crise e ordena que as forças militares e de segurança “abstenham-se de impedir ou dificultar” protestos contra os apagões. Também ordena a suspensão de fornecimento de petróleo, combustível ou derivados para Cuba — que receberia estimados 60 mil barris diários, diante da produção venezuelana de um milhão de barris. Guaidó, reconhecido presidente interino por 50 países, mas sem autoridade real dentro da Venezuela, convocou manifestações hoje em todo o território nacional.

— Não podemos virar o rosto para a tragédia em nosso país — disse o opositor.

NOVA FASE DE COLAPSO

O governo, por sua vez, anunciou que irá começar a distribuição de alimentos e água potável em áreas mais populares. Nas ruas, há poucos ônibus circulando e longas filas desde sexta-feira. No Aeroporto Internacional de Maiquetía, o maior do país, autoridades precisam registrar manualmente a entrada e saída dos viajantes.

— Não há luz, não há sistema, não há raios X e eles revistam suas malas com as mãos, como bem entendem — disse Jessica Cuervo, 37, que chegou de Miami.

Em um país que sofre com a falta de comida e de remédios, além de uma hiperinflação que chegou a 1.700.000% em 2018, agora a população luta contra o tempo para salvar os alimentos e conseguir água. Muitas casas têm cisternas porque sempre há racionamento no país, mas as bombas não funcionam sem energia elétrica. Em Caracas, há filas em pontos de água no sopé das montanhas de Ávila e se coleta água de uma galeria pluvial que alimenta o Rio Guaire.

Para o analista Luis Vicente León, o blecaute é o resultado da destruição sistemática do país em duas décadas, mas também o início de uma nova dimensão de deterioração.

— É preocupante que a Venezuela esteja entrando em uma fase de colapso total, porque o país já vive uma situação explosiva — concordou o analista político Luis Salamanca.

VEÍCULO: O Globo

Data: 12/03/2019

Seção: Mundo

Autor:

Título: Destino

Opinião do GLOBO

OS APAGÕES que atingem a Venezuela geram reflexos na população que levam à ideia de que o regime bolivariano de Maduro pode estar próximo do fim. Mortes em hospitais e mais desabastecimento devido à impossibilidade de se preservar alimentos perecíveis configuram o caos.

COMO SEMPRE, Maduro tece teorias conspiratórias para encobrir o desmoronamento do sistema elétrico, por falta de técnicos e manutenção. Vai pelo mesmo caminho da PDVSA.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data:** 12/03/2019**Seção:** Política**Autor:** Renato Souza**Título:** Do petrolão, à oposição

O acordo firmado entre o Ministério Público Federal (MPF) e a Petrobras, que prevê o repasse de R\$ 2,5 bilhões, a título de indenização, e a criação de uma fundação de direito privado para gerir parte dos recursos, deve parar na Justiça. Um dos principais alvos do petrolão, o bilionário escândalo de corrupção na Petrobras, o PT pretende lançar uma ofensiva contra a medida nos tribunais superiores. Além de protocolar reclamações no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Superior Tribunal de Justiça (STJ), a sigla pretende apresentar uma ação no Tribunal de Contas da União (TCU). As estratégias jurídica e política serão definidas em um encontro da diretoria executiva da legenda, agendado para ocorrer amanhã.

De um lado, procuradores que integram a força-tarefa da Lava-Jato no Paraná defendem a criação da fundação, sob o argumento de que trará mais transparência e melhor gerência dos recursos públicos. De outro, políticos do PT, como Paulo Pimenta, e do PSol, como Ivan Valente, afirmam que os procuradores estão indo além das competências, e que a destinação dos recursos para projetos apontados pela fundação podem representar um caminho obscuro para destinar o dinheiro recolhido durante as investigações. Pelo acordo, pelo menos R\$ 1,2 bilhão ficará sob gestão da entidade. Diversas ONGs, como Contas Abertas e Transparência Internacional, foram chamadas para colaborar com o projeto.

Em um vídeo publicado na internet, o procurador Deltan Dallagnol afirmou que o assunto está sendo alvo de mensagens falsas compartilhadas pela internet. “Algumas pessoas criticaram o fato de ser uma sociedade privada. Mas essa crítica é maldosa, maliciosa, querendo dizer que a fundação vai existir para fins particulares. Basta olhar o Código Civil para saber que isso não é verdade. Qualquer fundação serve ao interesse público”, disse.

Dallagnol também disse que a criação da fundação é uma forma de destinar os recursos para setores de interesse social. “A ideia da fundação é para que exista uma gestão profissional do dinheiro. Esse dinheiro não vai para o Ministério Público ou a Lava-Jato. A primeira parte indenizará acionistas minoritários da Petrobras, lesados pelo esquema de corrupção. O segundo destino é o investimento em saúde, educação e em meios de combate à corrupção”, completou.

Ofício

O deputado Ivan Valente já enviou à procuradora-geral da República, Raquel Dodge, um ofício em que atribui ao Congresso Nacional a competência de cuidar do assunto, “em face da atribuição normativa dos outros Poderes”. “Tal disposição constitucional decorre da lógica de que o Poder dotado de uma atribuição deve dispor de meios para preservá-la”, afirma o parlamentar, no documento. No TCU, a proposta pode ser alvo de medidas mais densas. Uma das propostas, discutidas entre os conselheiros, é o congelamento dos bens de diretores da Petrobras que participaram do acordo com o MPF. Para isso, a Corte de contas aguarda o envio da reclamação do PT ou de outro partido.

Nas redes sociais, no último fim de semana, procuradores e políticos fizeram uma guerra de narrativas em torno da proposta. “O acordo trouxe ao Brasil recursos que ficariam nos EUA (cláusulas 7 e 8). Os valores não são devidos à Petrobras. O MPF não será gestor de nada. Será criada uma fundação, com personalidade própria”, publicou a procuradora Monique Cheker.

O deputado Alexandre Padilha (PT-SP) disse que não foram solicitadas as autorizações para a tratativa do acordo. “Em um só acordo com o Departamento Americano (sem autorização da Presidência, do MJ e do Congresso), membros do MPF do Paraná privatizaram o dinheiro resgatado da corrupção e entregaram informações sigilosas de mercado da Petrobras. Quem acham que são?”, criticou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 12/03/2019

Seção: Política

Autor:

Título: EUA usará Base de Alcântara

Quase 20 anos após o começo das discussões, Brasil e Estados Unidos concluíram as negociações em torno do uso comercial do Centro de Lançamentos de Alcântara, no Maranhão. A iniciativa era esperada por autoridades e pesquisadores de ambas as nações, principalmente pela Força Aérea (FAB), para injetar recursos no programa espacial brasileiro. O Acordo de Salvaguardas Tecnológicas possui cláusulas que protegem tanto a tecnologia usada pelos norte-americanos quanto pelos brasileiros. Na prática, os EUA poderão lançar foguetes do local. O governo federal espera que sejam captados, por meio da parceria, R\$ 140 milhões por ano, inicialmente.

A principal atividade da base, que agora deve ter seu potencial de lançamento

elevado, é a de enviar satélites ao espaço. No entanto, o dinheiro arrecadado com o acordo não poderá ser usado no desenvolvimento de veículos lançadores do Brasil e ambas as nações ficam responsáveis por controlar quem tem acesso à base. Por conta da localização, os lançamentos exigem 30% a menos de combustível, por conta da proximidade com a Linha do Equador. As negociações ocorrem desde os anos 2000, época do governo Fernando Henrique Cardoso, e foram rejeitadas pelo Congresso Nacional, em 2002. À época, os congressistas avaliaram que havia uma forte interferência do governo norte-americano em território nacional, pelas cláusulas apresentadas.

O Correio visitou Alcântara em setembro do ano passado. Na ocasião, o então presidente da Comissão de Coordenação de Implantação de Sistemas Espaciais da FAB, Major- Brigadeiro do Ar Luiz Fernando de Aguiar, afirmou que a intenção da parceria é fazer com que o Brasil participe do lucrativo mercado global voltado para atividades no espaço. “Ao redor do mundo, o setor espacial movimenta US\$ 330 bilhões. Queremos 10%”, afirmou. (RS)

101 lançamentos

A avaliação de militares das Forças Armadas é que, agora, as novas cláusulas resolveram os problemas apontados na época. Desde que foi criada, em 1985, a Base de Alcântara serviu como ponto de partida para 490 veículos (espaciais) por meio de 101 lançamentos. Atualmente, o espaço é gerenciado pela FAB. A assinatura deverá ser do ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, que viaja para os EUA.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 12/03/2019

Seção: Marília Sena

Autor: Economia

Título: Gasolina abaixo de R\$ 4 nos postos do DF

A guerra comercial está movimentando os preços nos postos de gasolina do Distrito Federal. O litro do produto voltou a ser comercializado a menos de R\$ 4. Nos 30 postos pesquisados pelo Correio, os valores estão entre R\$ 3,98 e R\$ 4,09. Nas refinarias, o preço sem tributos aumentou um pouco e hoje está sendo negociado a R\$ 1,7542, de acordo com os dados da Petrobras.

Em alguns postos, os motoristas aproveitam a concorrência para encher o tanque, mesmo que tenham que enfrentar fila. O presidente do Sindicato dos Postos de Gasolina do Distrito Federal (Sindicombustíveis), Paulo Tavares, critica os estabelecimentos que, mesmo com a alta nas refinarias, mantêm promoções. Na opinião dele, essa postura prejudica os negócios.

De acordo com Tavares, os postos do DF não estão repassando os aumentos para a população. Segundo ele, todos os tributos que compõem o valor do litro da gasolina subiram, entre eles o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o etanol anidro, que é adicionado à gasolina, além da alta promovida pela política de preços da Petrobras, que já chega a R\$ 0,20. Ele classifica que a revenda da gasolina está “sacrificada” nos postos de Brasília.

Em comemoração ao dia do consumidor, que será celebrado na sexta-feira, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) começou a percorrer os postos de combustíveis em Brasília. Ontem, foram fiscalizados quatro dos 320 postos do DF, dois estabelecimentos foram autuados: um por aferição irregular e outro por inconformidade no painel dos preços.

* Estagiários sob supervisão de Rozane Oliveira

Variação dos preços no DF (em reais)

Postos	Endereço	08/03/2019	11/03/2019
Petrobras	Próximo à Torre de TV	4,09	3,99
Petrobras	Eixo W 106 Sul	4,07	3,99
Auto Lus	Eixo W 107 Sul	—	—
Petrobras	Eixo W 109 Sul	4,09	3,98
Shell	Eixo W 115 Sul	3,99	3,99
Petrobras	Eixo L 214 Sul	4,09	3,98
Petrobras	Eixo L 212 Sul	4,09	3,99
JarJour	Eixo L 210 Sul	4,07	3,98
Petrobras	Eixo L 207 Sul	4,07	3,98
PB	Eixo L 206 Sul	4,08	3,98
Melhor	Eixo L 204 Sul	4,08	3,98
Petrobras	Eixo L 202 Sul	4,09	3,99
Ipiranga	Eixo L 204 Norte	4,3	4,31
JarJour	Eixo L 206 Norte	4,07	3,98
Petrobras	Eixo L 208 Norte	4,08	3,98
Postos	Endereço	08/03/2019	11/03/2019
Ipiranga	Eixo L 210 Norte	4,08	3,98
Shell	Eixo L 212 Norte	4,07	3,98
Petrobras	Eixo L 214 Norte	4,09	4,09
Ipiranga	Eixo W 115 Norte	—	3,98
Petrobras	Eixo W 113 Norte	4,08	4,099
Ipiranga	Eixo W 112 Norte	4,09	3,98
Shell	Eixo W 109 Norte	4,08	—

Petrobras	Eixo W 107 Norte	4,07	3,98
Petrobras	Eixo W 103 Norte	5,00	4,67
Petrobras	SIG Quadra	34,14	4,14
Shell	SIG Quadra 3	4,14	4,14
Garantia	EPTG	3,99	3,99
Safeway	EPTG	3,99	3,99
Vtex	EPTG	3,99	3,99
Ipiranga	EPTG	3,99	3,99

MME / ASCOM .